

Um diálogo sobre intersectorialidade e integralidade no combate à LGBTIfobia e para promoção de equidade em saúde

A dialogue on intersectorality and integrality in combating LGBTIfobia and promoting health equity

Un diálogo sobre intersectorialidad e integralidad en el combate contra la LGBTIfobia y la promoción de la equidad en salud

Matheus Madson Lima Avelino

Fisioterapeuta, com Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Mestre em Cognição, Tecnologias e Instituições pela Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA); doutorando no programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil;
E-mail: matheusmadson.dm@gmail.com; ORCID: 0000-0002-1795-0403

Contribuição dos autores:
MMLA realizou toda a concepção, escrita e revisão final do manuscrito. Se responsabiliza pelo conteúdo do artigo.

Conflito de interesses: Os autores declaram não possuir conflito de interesses.

Fontes de financiamento:
Próprio.

Recebido em: 20/03/2025

Aprovado em: 04/05/2026

Editora responsável: Stephany Yolanda Ril

Resumo: Neste texto realizo uma resenha crítica da obra *Violência e saúde na vida das pessoas LGBTI*, de Mario Felipe de Lima e Moisés Santos Menezes, publicado em 2021 pela editora FIOCRUZ. Realizo uma síntese das principais ideias dos autores e proponho reflexões sobre os temas da intersectorialidade e da integralidade na atenção à saúde, com base nas questões de violência abordadas pelos autores. Destaco os avanços e as possibilidades que trazem para o campo da saúde coletiva quanto a análises e intervenções no âmbito da diversidade sexual e de gênero e sua produção científica.

Palavras-chave: Pessoas LGBTQIA+; Violência; Colaboração Intersetorial; Integralidade em Saúde; Equidade em Saúde.

Abstract: In this text, I present a critical review of the work “Violence and Health in the Lives of LGBTI People” by Mario Felipe de Lima and Moisés Santos Menezes, published in 2021 by FIOCRUZ. I summarize the authors’ main ideas and propose reflections on the themes of intersectorality and integrity in health care, based on the issues of violence addressed by the authors. Additionally, I highlight the advancements and possibilities they bring to the field of public health regarding analyses and interventions in the scope of sexual and gender diversity, as well as their scientific contributions.

Keywords: LGBTQIA+ People; Violence; Intersectoral Collaboration; Integrity in Health; Health Equity.

Resumen: En este texto realizo una reseña crítica de la obra *“Violencia y salud en la vida de las personas LGBTI”* de Mario Felipe de Lima y Moisés Santos Menezes, publicada en 2021 por FIOCRUZ. Resumo las principales ideas de los autores y propongo reflexiones sobre los temas de intersectorialidad e integralidad en la atención de la salud, a partir de las problemáticas de violencia abordadas por los autores. Asimismo, destaco los avances y posibilidades que aportan al campo de la salud pública en cuanto a análisis e intervenciones en el ámbito de la diversidad sexual y de género, así como su producción científica.

Palabras clave: Personas LGBTQIA+; Violencia; Colaboración Intersetorial; Integralidad en Salud; Equidad en Salud.

A obra *Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI*, de Mario Felipe de Lima Carvalho e Moisés Santos de Menezes (2021)¹, integra a coleção “Temas em saúde”, da editora FIOCRUZ. Dessa forma, o livro se propõe a uma comunicação científica em linguagem acessível sobre temas e conceitos fundamentais na área da saúde², sendo didático para quem não possui familiaridade com o tema. Além disso, a obra também cumpre um importante papel político de qualificar um tema que é alvo de senso comum e *fake news*, que ameaçam a legitimidade e sua pertinência no debate público, sobretudo, na área da saúde.

Os autores tomam o combate à violência como um propulsor da gênese dos movimentos sociais de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos (LGBTI), enfatizando a resistência às violências como um processo de construção de coletividade e organização do movimento social. Eles desnaturalizam uma ideia comum aos estudos em saúde de pessoas LGBTI, a ideia de vulnerabilidade inata que paira sobre essas pessoas, evidenciando que a precariedade e a clandestinidade da vida decorrem da LGBTIfobia.

No primeiro capítulo do livro, os autores apresentam os principais conceitos sobre diversidade sexual e de gênero, adotando uma perspectiva histórica que remonta à origem e evolução desses termos, quase como uma genealogia foucaultiana, destacando as disputas de poder envolvidas em suas definições e suas implicações no campo científico e no ativismo. Com linguagem acessível, os autores desmistificam temas como a complexidade da sigla LGBTI, já que essa suposta complexidade e mudança constante são frequentemente utilizadas em discursos LGBTIfóbicos.

Um importante destaque do primeiro capítulo é que Carvalho e Menezes (2021) trazem diferenciações entre termos/conceitos que são tradicionalmente utilizados em estudos acadêmicos, no campo da saúde coletiva, de uma forma homogênea, como sinônimos, sem distinção ou com o devido rigor, o que os próprios autores trazem na discussão, que é o caso dos conceitos de: discriminação, preconceito e estigma.

Carvalho e Menezes ampliam a compreensão da LGBTIfobia, contextualizando-a como uma violência que opera como um regime de

apagamento da legitimidade dos direitos das pessoas LGBTI, criticando abordagens psicológicas que reduzem o preconceito e que restringem a ideia de que a pessoa que comete a LGBTIfobia é um indivíduo patologicamente doente ou em conflito com sua própria sexualidade (p. 22)¹. Por fim, discutem os termos *diversidade sexual e de gênero* e *dissidências sexuais e de gênero*, endossando a positividade do conceito de *diversidade*, mas deixando em aberto suas limitações, como o reforço à ideia de *diverso* como exclusividade de pessoas LGBTI. Defendem o uso estratégico do modelo identitário para políticas públicas, visando reduzir iniquidades e promover direitos.

No segundo capítulo, intitulado *A relação entre violência e saúde na vida de pessoas LGBTI*, os autores focalizam pensar como operam as violências na produção de desigualdades na saúde LGBTI. Utilizam teóricos da Psicologia, teoria *queer* e da interseccionalidade para traçar uma espécie de gênese das violências, ganhando destaque a epistemologia do armário de Eve Sedwick³; a ideia de abjeção, de Judith Butler e da teoria do reconhecimento, de Axel Honneth. Ressaltam que a violência contra as pessoas LGBTI não deve ser entendida como um processo linear e causal, mas sob uma perspectiva interseccional, sendo compreendida como um processo complexo que envolve uma trama de correlação de forças.

Carvalho e Menezes (2021)¹ classificam as violências que afetam pessoas LGBTI, situando a LGBTIfobia dentro de processos já conhecidos, seguindo uma abordagem semelhante à de Daniele Fébole (2017)⁴, que analisou as violências institucionais na saúde. Os autores sistematizam as violências com base na natureza do ato, na identidade de quem as pratica e no território onde ocorrem, expandindo a noção de território para além do físico ou geográfico. Essa tendência de uma certa releitura das violências a partir das vivências LGBTI já vem sendo explorada na literatura. Um exemplo disso é o artigo de Leonardo Morjam Britto Peçanha, Anne Alencar Monteiro e Jaqueline Gomes de Jesus (2023)⁵, que analisam as intersecções entre transfeminismo e transmasculinidades, para afirmar que a transfobia cometida contra homens trans durante o período gravídico-puerperal, deve ser compreendida como uma das formas de violência obstétrica.

Este tipo de análise é uma demanda latente na produção acadêmica sobre a saúde LGBTI no campo da saúde coletiva, mediante a qual é urgente pensar sobre quais implicações são impostas para os processos de trabalho em saúde a partir desta reconfiguração das violências. Nesse sentido, destaco, especialmente, o que diz respeito às violências intrafamiliares e a abordagem da estratégia de saúde da família. Um mérito do capítulo é desconstruir uma associação comum dos estudos em saúde coletiva de que a violência institucional na saúde LGBTI é natural ou restrita a ações individuais de profissionais. Em vez disso, os autores a situam como um fenômeno estrutural, presente também na gestão e organização do SUS.

No terceiro capítulo – *Um panorama da violência contra LGBTI no Brasil*, os autores revisam historicamente os dados sobre violência e seus impactos na saúde dessa população, destacando os desafios para a vigilância da LGBTIfobia, como a subnotificação. Eles argumentam que a falta de dados oficiais e institucionais não é casual, mas uma estratégia para reduzir a percepção da magnitude do problema e a necessidade de intervenções (p. 75)¹. A invisibilidade dos indicadores de violência contra pessoas LGBTI representa, assim, uma política de apagamento da existência dessas pessoas na esfera das políticas públicas.

Sobre esse tema, Carvalho e Menezes (2021)¹ adotam a estratégia de identificar e nomear os processos que sustentam esse apagamento: subnotificação, revitimização e impunidade. Embora esses conceitos já sejam amplamente reconhecidos em outros contextos de violência, como na violência doméstica e sexual contra mulheres, sua aplicação à LGBTIfobia não se limita à importação de termos, mas sim à adaptação às especificidades dessa forma de discriminação.

Ainda neste capítulo, os autores dão destaque às violências autoprovocadas, tentando elucidar as questões sobre o suicídio em pessoas LGBTI como uma violência da violência, ou uma consequência de outras violências anteriores. Além de explorarem a ideia de intersectorialidades e debater as violências no âmbito da rede de assistência social, da segurança pública e no trabalho, debatendo as especificidades do assédio moral e seus entrecruzamentos com a LGBTIfobia.

No capítulo quatro, intitulado *O enfrentamento da violência e a promoção da saúde: as políticas voltadas para LGBTI no Brasil*, a intersectorialidade assume o foco central do debate. Os autores apresentam a trajetória das políticas públicas destinadas às pessoas LGBTI, abordando desde as iniciativas voltadas para os direitos humanos e proteção social, até as políticas específicas de saúde. Eles destacam os principais desafios enfrentados em cada período histórico, enfatizando aqueles que ainda persistem, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade das ações direcionadas às populações LGBTI. Problemas como financiamento insuficiente e dificuldades na implementação das políticas, são frequentemente associados às mudanças no governo, revelando a vulnerabilidade dessas iniciativas frente às oscilações do cenário político.

A obra aborda o impacto das políticas neoliberais e do conservadorismo, destacando a cruzada antigênero, intensificada desde o impeachment de Dilma Rousseff e no governo Bolsonaro. Os autores mostram como essas ações desmantelam políticas de diversidade e sucateiam outras políticas públicas, com destaque para o enfraquecimento da saúde mental, que afeta diretamente pessoas LGBTI. Essa precarização revive discursos médicos e psiquiátricos manicomiais, historicamente usados para controlar corpos dissidentes em sexo e gênero.

Por fim, os autores concluem seus argumentos reafirmando a importância das notificações de violência como um processo crucial no combate à LGBTIfobia. A coleta de dados e a criação de indicadores de saúde da população LGBTI são essenciais para tornar suas existências e necessidades visíveis e legítimas no contexto das políticas públicas. Além disso, destacam que a intersectorialidade na atenção às pessoas LGBTI é fundamental para a efetivação dos direitos humanos, da cidadania e para a promoção da saúde e da justiça, assegurando uma vida digna para todas as pessoas LGBTI no Brasil.

REFERÊNCIAS

1. Carvalho MFL, Menezes MS. *Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2021. 147 p.
2. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). *Temas em Saúde* [Internet]. Rio de Janeiro: Fiocruz; s.d. [citado 28 jan. 2025]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/conteudo-livros-colecoes/temas-em-saude>

3. Sedgwick EK. A epistemologia do armário. Cad Pagu [Internet]. 2007;(28):19-54. doi:10.1590/S0104-83332007000100003.
4. Fébole DS. A produção de violências na relação de cuidado em saúde da população LGBT no SUS [dissertação]. Maringá (PR): Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia; 2017. 231 p.
5. Peçanha LMB, Monteiro AA, Jesus JG. Transfeminismo das transmasculinidades: diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros. REBEH [Internet]. 2023 [citado 28 jan. 2025];6(19):90-104. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/15787>